

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE ARAGARÇAS-GO

SILVA, Paula Rossana Alves da¹
CARDOSO, Josiane Moreira²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de compreender as contribuições da Educação Patrimonial no processo de ensino e aprendizagem que abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos iniciais), a fim de que seja resgatada, preservada e valorizada a história de Aragarças-GO. Para tanto, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, sendo selecionadas publicações de autores como Diniz (2016); Tolentino (2013); Barbosa *et al.*, (2019); Franco *et al.*, (2015); Arroyo (2005); Gazzóla (2009); John (2012); Martins (2015); às contribuições dos teóricos Wallon e Vygotsky; documentos normativos como a Constituição Federal 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n 9.394/96); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), dentre outros, que fizeram as ponderações necessárias para a contextualização do quadro referencial. Os resultados e discussão apresentaram as ideias e fixação essenciais que responderam ao problema elencado. E por fim, as considerações finais que apontam a importância da Educação Patrimonial na Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) como eixo norteador para o resgate, preservação e valorização histórico cultural do município de Aragarças-GO. Contudo essa riqueza histórico cultural não é amplamente explorada pelas instituições de ensino do município, mesmo tendo a previsão na Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Aragarças-GO. Educação Infantil. Ensino Fundamental. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This article aims to understand the contributions of Heritage Education in the teaching and learning process that covers Early Childhood Education and Elementary School (initial years), so that the history of Aragarças-GO is rescued, preserved, and valued. To this end, the methodology of bibliographic research and qualitative analysis was used, with publications by authors such as Diniz (2016); Tolentino (2013); Barbosa *et al.*, (2019); Franco *et al.*, (2015); Arroyo (2005); Gazzola (2009); John (2012); Martins (2015); the contributions of the theorists Wallon and Vygotsky; normative documents such as

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano - IF-Goiano Campus Iporá, Polo de Aragarças-GO. Graduada no Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Pontal do Araguaia Mato Grosso e Pós Graduada em Gêneros Textuais na Escola, pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Pontal do Araguaia. E-mail: paula.rossana@estudante.ifgoiano.edu.br.

² Mestra em Química pelo Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (2017); Especialista em Práticas Assertivas em Didática da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2020); Graduada em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iporá (2014); Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade São Marcos (2017). Atualmente participa de vários projetos de pesquisa e extensão na área da Educação e do Direito. Também é Professora Mediadora da Rede Municipal de Iporá-GO; Professora Orientadora de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iporá; especializando em Ensino Híbrido para uma Educação Inovadora da Educação Infantil ao Ensino Superior pelo Centro Universitário Araguaia; Membro colaboradora da ação de extensão "Ensino de Ciências para crianças na divulgação científica em parques da ciência", e Bacharelada em Direito pela Universidade Estadual de Goiás - Unidade de Iporá. E-mail: josiane_cardoso08@hotmail.com

the Federal Constitution 1988; Law on National Education Guidelines and Bases (LDBEN, Law n. 9,394/96); the National Curricular Common Base (BNCC, 2018), among others, which made the necessary considerations for the contextualization of the referential framework. The results and discussion presented the essential ideas and fixation that responded to the problem listed. And finally, the final considerations that point out the importance of Heritage Education in Early Childhood Education and Elementary School (initial years) as a guiding axis for the rescue, preservation, and cultural historical valorization of the city of Aragarças-GO. However, this cultural historical richness is not widely explored by the educational institutions in the city, even having the forecast in the Pedagogical Proposal of the Department of Education in the city.

Keywords: Heritage Education. Child education. Elementary School. Aragarças-GO.

1 INTRODUÇÃO

A origem da cidade de Aragarças-GO teve forte influência com o Presídio da Macedina, que foi construído em 1891 como ponto contra ataques indígenas, bem como apoiar os soldados que retornavam da Guerra do Paraguai, e para promover a colonização da região a partir da ampliação da agricultura e da pecuária (DINIZ, 2016).

O povoado, em razão da descoberta de ricos garimpos, foi se tornando promissor e logo foi nomeado de “Deixado”. Em um curto período de tempo, nas terras mato-grossenses também foram encontrados outros garimpos, razões pelas quais os moradores partiram esvaziando o povoado. Em razão desse movimento migratório, logo, dois povoados foram nominados de Barra Goiana, banhada pelo Rio Araguaia e Barra Cuiabana, banhada pelo Rio Garças.

Sendo assim, de acordo com a escritora Zélia dos Santos Diniz (2016), Aragarças passou por inúmeras fases que marcaram um rico contexto histórico para o Brasil até ser elevada à categoria de município em 02 de outubro de 1953.

Na atualidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, o município de Aragarças contava com uma população de 18.305 habitantes, porém, com uma população estimada em 2021 de 20.410 pessoas (BRASIL, 2021). Aragarças está localizada no estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil. O acesso a capital Goiânia é pela BR 158 e BR 070 com uma distância aproximada de 420 Km e 520 Km de Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Diante do breve contexto histórico que faz parte do município, a pesquisa apresenta como tema a Educação Patrimonial na Educação Infantil e Ensino Fundamental, a fim de resgatar, preservar e valorizar o vasto contexto histórico cultural que pode ser explorado no município de Aragarças-GO. Destaca que, essa temática oportuniza a ampliação do debate em torno da interdisciplinaridade.

Partindo do pressuposto de que a Educação Patrimonial estabelece a relação entre o passado e o presente, contribuindo para a formação crítica e social do aluno que está sendo inserido no âmbito educacional.

A partir da visão que envolve a identidade cultural, o problema formulado foi o seguinte: “As práticas educativas, a partir da Educação Patrimonial na Educação Infantil e Ensino Fundamental promovem o conhecimento do aluno motivando-o a conhecer, preservar e valorizar a história do município de Aragarças-GO?” De certa forma, o objetivo geral do estudo foi compreender as contribuições da Educação Patrimonial no processo educacional nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Nesse viés, para responder a problemática de estudo foram elencados os seguintes objetivos específicos: relatar a importância da proposta da Educação Patrimonial para escola; analisar as contribuições dos teóricos Wallon e Vygotsky na construção do conhecimento histórico cultural; apontar as contribuições das legislações brasileira e documentos norteadores para a valorização patrimonial; e, descrever o contexto histórico de Aragarças e sua importância para o patrimônio municipal.

Notadamente, o tema em questão se justifica em razão de dois fatores: o primeiro é de caráter pessoal reflexivo, pois sempre fui despertada para discorrer sobre os fatos memoráveis que foram vivenciados em Aragarças e que, de certa forma, fizeram parte da história nacional. O segundo, é ter internalizado a problemática da pesquisa, enveredando para uma reflexão sobre os fatos que marcaram a história de Aragarças, e os mesmos serem levados como estratégias ao contexto da prática pedagógica no ambiente escolar, uma vez que, resgatar a memória é uma forma de manter viva a história como patrimônio cultural para a sociedade, configurando, dessa forma, como o grande desafio posto hoje na escola.

A contextualização que se apresenta utilizou-se da análise de referenciais que norteiam a temática em questão, tendo como base, os apontamentos de Tolentino (2013), que apresentam uma série de Cadernos Temáticos sobre a Educação Patrimonial; Maltêz *et al.*, (2010), que contextualizam inúmeras ações orientadas a fim de conscientizar e preservar o patrimônio cultural no âmbito escolar; Diniz (2016), que apresenta todo o contexto histórico de Aragarças; o entendimento de Freire (1996) e de Saviani (1984) que estabelecem ponderações sobre escola como uma instituição social plural, e como papel de instruir, transmitir os conhecimentos acumulados pela

humanidade. Além dos autores referenciais mencionados, foram utilizados os teóricos Henri Wallon e Lev Vygotsky que estabeleceram conceitos relacionados a construção do cidadão, contribuindo no contexto e fundamentação do estudo.

Também, utilizou-se as diretrizes explicitadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e as legislações brasileiras que embasam a valorização cultural e patrimonial, como a Constituição Federativa do Brasil de 1988.

O trabalho está dividido na parte introdutória, no referencial teórico que faz uma abordagem sobre a importância da proposta da Educação Patrimonial no contexto escolar; a contextualização das contribuições dos teóricos Henri Wallon e Lev Vygotsky na construção do conhecimento; apresentação dos marcos das legislações brasileira e documentos norteadores que embasam a valorização histórico cultural e patrimonial; e a descrição do contexto histórico de Aragarças e sua importância para o patrimônio municipal.

A partir da leitura analítica do material escrito, nos resultados e discussão são sistematizadas as ideias e fixação essenciais que respondem ao problema elencado. E por fim, as considerações finais faz os apontamentos sobre a importância da Educação Patrimonial como eixo norteador para o resgate, preservação e valorização histórico cultural de Aragarças-GO.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE ARAGARÇAS-GO

2.1 Contribuições da Educação Patrimonial no contexto da escola

O patrimônio cultural, segundo John (2012, p. 320) pode ser definido como,

Bens materiais e imateriais impregnados de um valor simbólico para a comunidade representa a memória que foi valorizada e materializada pelos poderes constituídos ao longo do tempo (JOHN, 2012, p. 320).

Para que o acesso seja permitido são necessárias ações educativas sistemáticas voltadas para a preservação, valorização e resgate do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Configura-se como uma ferramenta que contribui para construir a cidadania, uma vez que, “o conhecimento e a valorização do

patrimônio cultural se constituem como uma das condições para o acesso ao direito pleno à educação e ao exercício da cidadania” (BARBOSA *et al.*, 2019, p. 3).

Sendo assim, pensar na Educação Patrimonial a partir de suas contribuições no contexto escolar é compreender que ela funciona como uma área emergente na educação, pois consegue estabelecer estratégias de

Diálogo permanente entre as vivências, experiências e percepções dos educandos e cidadãos ante os bens culturais e suas formas de ser e de agir cotidianos, com os conteúdos escolares e ações educativas desenvolvidas nas unidades escolares e instituições culturais, como forma de entender os processos constituintes de sua identidade cultural auxiliando na gestão do patrimônio cultural (FRANCO *et al.*, 2015, p. 319).

Destarte, quando se tem em mente que a cidade possui um imenso patrimônio histórico e cultural, como é o caso de Aragarças, impossível não direcionar a atenção as considerações postas por Franco *et al.*, (2015, p. 320) de que “a educação para a preservação de bens culturais nunca foi prioridade no Brasil”. Segundo os autores, isso ocorre em decorrência, além de outros fatores, ao processo da expansão da globalização ocorrida a partir do século XX.

Assim, há de se concordar com os termos dos autores, haja visto que, por mais que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com poderes de autarquia federal, promova a preservação e a conservação dos bens culturais e históricos do país, essa ajuda necessita da colaboração da comunidade, bem como investimento do poder público para proteger o patrimônio cultural.

Nesse contexto, a importância da Educação Patrimonial é primordial, pois é por meio dela que serão estabelecidas estratégias de ensino com capacidade para direcionar crianças e adultos a alcançar conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural.

Na publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, as escritoras Horta, Grunberg e Monteiro complementam o entendimento sobre ações educativas, afirmando que,

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8).

Pedagogicamente falando, é enfatizado que o cenário onde exista o patrimônio cultural e histórico provoca no aluno “sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-o a querer conhecer mais sobre eles” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8).

Sob a ótica de que a Educação Patrimonial se configura como uma área emergente da educação, pois cuida da formação integral do estudante, Franco *et al.*, (2015) defendem que,

Utilizar a educação a fim de criar consciência na população é necessário, para uma mudança nas formas como se vê o patrimônio cultural. Despertar um sentimento de pertencimento maior e uma forma de compreender que bens culturais trazem valores agregados, tais como o sentimento de identidade de uma comunidade e valores econômicos, pois incentiva o turismo (FRANCO *et al.*, 2015, p. 323).

Na prática, em primeiro plano é fundamental que o professor tenha conhecimento sobre o Patrimônio histórico e cultural da localidade onde atua, para uma ação eficaz no processo educativo. Em segundo, que sejam utilizadas metodologias com vários saberes para a construção dos fatores “a cidadania, o respeito, o espírito de coletividade, a interagir e posicionar-se em defesa da memória” (GAZZÓLA, 2009, p. 1446). Dessa forma, ao utilizar a interdisciplinaridade como ferramenta para evidenciar a importância de preservação do patrimônio histórico e cultural, todos esses saberes serão construídos.

Espera-se, portanto, que o Professor promova, por meio de qualquer área de ensino e aprendizagem, a reflexão do aluno, motivando-o a utilizar suas capacidades intelectuais para aquisição da história do mundo e do povo ao qual faz parte.

De maneira específica, a proposta contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) socializa informações, que subsidia o Professor para o trabalho educativo no ensino de História na Educação Básica a partir da escolha

[...] de grandes eixos temáticos sobre as questões locais, inserindo-as em dimensões espaciais de maior grandeza e dimensões temporais amplas, que abarcam a possibilidade de diálogos múltiplos entre o presente e o passado. (BRASIL, 1997, p. 35).

Prática educativa que se alinha totalmente ao encontro do proposto pela Educação Patrimonial. Assim, todo processo de construção exige mediação para conduzir a aprendizagem. A partir de então, várias são as contribuições que os

teóricos têm no sentido de construção do conhecimento da criança. Ponto que será abordado no item seguinte.

2.2 Contribuições de Henri Wallon e Lev Vygotsky para a construção da identidade histórico cultural da criança

Conforme contextualizado no item anterior, a Educação Patrimonial contribui para provocar no aluno o interesse pela busca do conhecimento a partir de estímulos e práticas pedagógicas. A fim de somar na compreensão do universo da educação e da Psicologia, os autores Henri Wallon e Lev Vygotsky são considerados como os teóricos que mais contribuem para que professores e pesquisadores consigam compreender o desenvolvimento da criança na fase escolar. Haja visto que, todos os teóricos têm sua importância para a educação, e cada um possui o entendimento sobre como ocorre a construção do conhecimento da aprendizagem na escola.

Para tanto, em razão da amplitude da temática, essa seção apresenta somente os teóricos Henri Wallon e Lev Vygotsky, que foram fundamentais para a construção da identidade cultural da criança em idade escolar.

2.2.1 Teoria do desenvolvimento de Henry Wallon

Henri Wallon nasceu em Paris em 1879 e morreu em 1962. Formou-se em medicina o que contribuiu para ser tornar um estudioso da Psicologia Infantil, configurando-se como foco principal do seu estudo, haja visto que, o ponto central da sua teoria é a psicogenética dialética do desenvolvimento, ou seja, Wallon defende a teoria da compreensão do ser humano de maneira completa, extirpando a divisão da mente/corpo (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010).

Nesse entendimento, os autores reforçam que o desenvolvimento da aprendizagem da criança ocorre através do lúdico com o movimento e a brincadeira, a emoção e a afetividade, contribuindo significativamente no processo de desenvolvimento que integra dois sentidos: integração organismo-meio e integração cognitiva-afetiva-motora.

Complementando a questão, Silva (2007) propõe uma análise sobre a teoria de formação walloniana referente aos conceitos de emoção, comportamento simbólico, inteligência e fatores de desenvolvimento. Por conseguinte, o autor aponta que para Henri Wallon, o desenvolvimento humano se inicia a partir do primeiro ano de vida em que,

O eu não é um dado original ou inicial na psicologia humana, senão o fruto de uma longa trajetória, repleta de momentos críticos ou crises. Porém, tais crises não são vistas como necessariamente negativas, ao contrário, são momentos indispensáveis para a constituição da personalidade (SILVA, 2007, p. 151).

Ou seja, as etapas do desenvolvimento cognitivo e afetivo ocorrem em estágios e não são lineares, mas descontínua, marcado por rupturas, retrocessos e reviravoltas, provocando em cada etapa mudanças emocionais e cognitivas que contribuem para a construção progressiva que compõem as cinco fases do desenvolvimento, que são caracterizadas da seguinte maneira,

Impulsivo emocional (ocorre no primeiro ano de vida, se caracteriza pelas emoções, a afetividade uni criança e adulto); sensório-motor e projetivo (estende-se até o terceiro ano de vida, exploração do meio físico, os pensamentos necessitam dos gestos para ser externado); personalismo (vai até os seis anos, desenvolve a personalidade, a formação do caráter); pensamento categorial (vai até os onze anos, conquistas intelectuais, a criança é impulsionada a conquistas do mundo exterior); e puberdade e adolescência (a partir dos doze anos, modificações corporais em virtude da ação hormonal) (DAUTRO; LIMA, 2018, p. 7 a 8).

Portanto, tem-se a compreensão de que a aprendizagem é adquirida através do movimento e da afetividade remetendo ao professor a responsabilidade de realizar propostas cada vez mais ousadas que auxiliem o aluno a se melhorar, a se conhecer e a compreender a sua identidade cultural e o mundo que o cerca. A esse respeito, Ferreira e Acioly-Régnier (2010) consideram que,

A noção de pessoa apresentada por Wallon aponta para uma síntese dos conjuntos funcionais (afetivo, motor e cognitivo) e para integração dinâmica entre o orgânico e o social. Sua posição teórica era contrária à compreensão do humano de forma fragmentada (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 28).

Nesse sentido, as considerações de Dautro e Lima (2018, p. 5) sobre a teoria da psicogenética de Wallon reforça que o “surgimento da inteligência está vinculado

tanto a fatores biológicos como sociais. Os biológicos estabelecem relação imediata dos indivíduos entre si e os sociais liga-se ao sistema de símbolos e a linguagem”. Por conseguinte, é compreensível a afirmação de que a gênese da inteligência é genética e organicamente social.

2.2.2 Teoria do conhecimento de Lev Vygotsky

Lev Vygotsky nasceu na Rússia em 1896 e morreu em 1924. Formou-se em Direito em 1915. Porém, o foco de seu estudo foi baseado por atividades voltadas para a área da Pedagogia, em especial ao estudo dos distúrbios de aprendizagem e de linguagem, que podem ocorrer em razão de defeitos congênitos, como: cegueira, retardo mental severo, surdez, etc. (COELHO; PISONI, 2012).

Segundo os autores, a teoria do desenvolvimento de Vygotsky se fundamenta no princípio de que o indivíduo nasce com apenas “funções psicológicas elementares, e que a partir do aprendizado da cultura, estas funções transformam-se em funções psicológicas superiores” (COELHO; PISONI, 2012, p. 146). Ou seja, o desenvolvimento da criança é constituído com base nas funções psicológicas e se desenvolve a partir da origem sociocultural e processos psicológicos de origem biológica.

Nessa concepção, ao ser enfatizada as relações sociais como fator importante para o desenvolvimento social, os autores somente reforçam que a teoria de Vygotsky indica que a criança, antes mesmo de chegar à escola, traz um aprendizado de casa, da cultura social em que vive. A escola terá o papel de dinamizar novos elementos no seu desenvolvimento (COELHO; PISONI, 2012).

Para tanto, o teórico enfatiza que a essência do desenvolvimento humano se situa na relação do sujeito com o mundo simbólico, e que a teoria de aprendizagem está baseada na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é mediada entre duas distâncias a Zona de Desenvolvimento Real e a Zona de Desenvolvimento Potencial.

A ação do professor deve observar a ZDP, por meio de interferências e mediações. Para Vygotsky “existem funções na criança que não estão prontas, ou seja, estão e processo de maturação, porém que estão e estado embrionário, e que em um determinado momento amadurecerão” (VYGOTSKY, 1984, p. 97).

Completa-se a concepção de Vygotsky sobre a cultura social a partir da compreensão de Martins e Rabatini (2011, p. 356) de que “a cultura é produto das leis históricas, da atividade praxica do conjunto dos homens, conseqüentemente, substrato de suas condições concretas de existência”. Assim, ao levar para a escola seus referenciais de cultura, produtos de seu convívio social, o indivíduo estará fortalecendo sua qualidade de desenvolvimento.

Sob a ótica dos dois teóricos é possível dizer que ambos tratam do desenvolvimento social do ser humano de maneira particular. Ao enfatizar que na aprendizagem o professor deve efetivar propostas que direcionem o aluno a busca pela compreensão e entendimento da sua identidade cultural a partir do mundo no qual está inserido, o autor automaticamente defende que a evolução da criança ocorre de maneira progressiva, e suas escolhas e transformações da vida contribuirão para sua formação de acordo com os estágios da evolução humana dentro do processo educacional.

Dada mesma importância para a educação, Lev Vygotsky é primoroso nas suas argumentações de que a socialização é fundamental para o ser humano, em especial, na fase escolar, haja visto que a escola, o meio em que vive, o lugar onde a criança nasce representa fatores importantes que influencia no método da aprendizagem.

2.3 Marcos das legislações brasileira e documentos norteadores: aportes para resgate, preservação e valorização histórico cultural e patrimonial

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os movimentos em favor da efetiva valorização da cultura histórica e patrimonial no Brasil se intensificaram por meio de políticas públicas regulamentadas: a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro, gerenciada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN); as normas estabelecidas para os sistemas de ensino através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96); os direcionamentos postos no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); e, as normativas instituídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define um conjunto direcionamento a ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aportes necessários que fazem parte da preservação e valorização da cultura histórica e cultural do povo brasileiro.

Conforme mencionado anteriormente, o patrimônio histórico e cultural são bens materiais e imateriais dotados de valor simbólico para a comunidade (JOHN, 2012). Por conseguinte, a Carta Constitucional de 1988, em seu artigo 216 e incisos I a V legitimou o conceito de patrimônio histórico e cultural, que diz:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2010, p. 139).

A partir da leitura do referido artigo, é predominante a intenção do legislador em oferecer a devida importância ao ato de proteger o patrimônio cultural nacional. E reforça a obrigação do poder público em protegê-lo, conforme posto no § 1º, que diz:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 2010, p. 140).

A Carta Constitucional abre espaço para que a sociedade promova mecanismos de proteção para o patrimônio histórico cultural em todos os entes federados, União, Estados, Distrito Federal e Município, caso seja necessário. De acordo com Rodrigues (2002),

A da proteção do patrimônio cultural pelo poder local e a sua importância para a implantação da Democracia Constitucional é marcada pela possibilidade maior, por parte do Município, de preservar a identidade cultural do povo e alcançar o sentimento do povo (RODRIGUES, 2002, p. sn).

Considerações que remetem ao desafio de envolver a comunidade na tomada de decisões e conscientizar, por meio da Educação Patrimonial, quão imensa é a responsabilidade em preservar, valorizar e manter o patrimônio histórico e cultural de uma cidade.

Daí a importância da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão de autarquia federal vinculado ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Para tanto, por meio da

Portaria n. 137, de 28/04/2016 que institui diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Tal normativa fixa diretrizes que podem aproximar a comunidade, agentes sociais dos processos educativos objetivados na Educação Patrimonial que se enquadra de maneira significativa no currículo escolar (BRASIL, 2016).

Isso posto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96) indica, em seu artigo 1º que,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a LDBEN complementa em seu artigo 26 que,

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Ou seja, é a LDBEN que assinala as orientações para a produção das Diretrizes Curriculares próprias para atender diretamente a formação escolar e acadêmica na Educação Básica. Assim, para complementar a interdisciplinaridade como elemento necessário no processo de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) traz o Volume 10 que tem como objetivo trabalhar

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997, p. 18).

Nesse sentido, o trabalho com as noções de patrimônio cultural deve ser incorporado aos demais conteúdos escolares, pois um dos objetivos pertinentes à Pluralidade cultural é

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de

identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País. (BRASIL, 1997, p. 6).

Mesmo diante dessas políticas públicas inseridas no processo de ensino, no que tange a relação entre educação e patrimônio cultural, Arroyo observa que os projetos de patrimônio cultural que são direcionados às escolas dispõem de poucos profissionais da área. “O que é trabalhado são conceitos técnicos, e ações isoladas, sendo deixados para traz a promoção do resgate da história cultural” (ARROYO, 2005, p. 32).

Para tanto, ao assumir o compromisso de desempenhar o trabalho pedagógico voltado para o resgate da valorização do patrimônio histórico cultural, o professor deve se orientar na visão de que o aluno é um ser social, que vive em sociedade, que possui vínculos históricos, não somente em “termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo” (KRAMER, 1989, p. 19).

De igual importância aos demais documentos norteadores da educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entrou em vigor em 2018 para atender o que estava previsto na LDBN e no Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC é normativa e se aplica à educação escolar básica. É norteada por princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, para se chegar ao desenvolvimento pleno do aluno (BRASIL, 2017).

2.4 Contexto histórico cultural de Aragarças-GO e sua importância para a Educação Patrimonial

Aragarças é vizinha do município de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, estado de Mato Grosso, e ao longo dos anos conquistou no meio de historiadores um reconhecimento gigantesco, haja visto que, serviu de berço para inúmeros acontecimentos históricos a nível nacional.

A partir do breve levantamento historiográfico foi possível mapear um extenso material discursivo contribuindo para que o tema ganhasse sustentação e valor histórico. Assim, os pontos fundamentais do contexto evidenciam o patrimônio histórico cultural do município permeado por elementos constituintes, a partir de documentos textuais que remetem à grandiosidade dos fatos.

O município de Aragarças está localizado na Região Centro-Oeste e faz parte dos municípios que compõem o Vale do Araguaia: Aragarças, Barra do Garças, Pontal do Araguaia, Aruanã, Baliza, Britânia, Mundo Novo, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia. A região se caracteriza por ser rica em atrativos turísticos, pois é banhada pelo Rio Araguaia, muitas cachoeiras e uma vista panorâmica da Serra do Roncador.

A origem do município de Aragarças aconteceu a partir do Projeto Marcha para o Oeste que se desdobra em: Fundação Brasil Central e Expedição Roncador Xingu, idealizado pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas. O objetivo do projeto seria ocupar, povoar, integrar os territórios das populações do interior à sociedade nacional na região do Oeste do Brasil, bem como penetrar caminhos até chegar à Amazônia.

Dessa forma, foi dada a oportunidade ao trabalhador para desbravar o solo da região e se fixar em assentamentos e pequenas propriedades, a fim de estimular imigrantes a se estabelecer em Goiás e em Mato Grosso, pois a região era rica em garimpos (DINIZ, 2016).

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial houve muitos rumores de que os europeus e outros países visavam ocupar os espaços do Brasil que estivessem vazios (MARTINS, 2015). Em vista disso, no ano de 1943, o Presidente Getúlio Dornelles Vargas iniciou um trabalho de colonização do interior, bem como preparar a defesa de possíveis ataques inimigos, para tanto, os bandeirantes paulistas se organizavam nos desbravamentos dos sertões para aumentar o território do Brasil. Segundo Diniz (2016, p. 29) “esse movimento foi definido por Lei no dia 3 de junho de 1943 com o nome de Expedição Roncador-Xingu”.

A Expedição Roncador-Xingu era organizada por militares e civis e tinha como objetivo o cumprimento de explorar e fazer povoados em todo a Central do Brasil. Os bandeirantes paulistas depois de passar por inúmeras cidades goianas instalaram a primeira Base de Ação às margens direita do Rio Araguaia junto ao Córrego do Rola. E na parte alta da cidade foi assentado o Marco Zero, definido como ponto de fundação de Aragarças e início da Marcha para o Oeste (**Figura 1**), e na atualidade foi tombado pelo município de Aragarças como Patrimônio Histórico Arquitetônico, por meio da Lei n. 1.422, de 16 de novembro de 2005 (ARAGARÇAS, 2005).

Figura 1. Marco Zero, ponto da fundação de Aragarças, início da Marcha para o Oeste



Fonte: Martins (2015)

Pela localização junto aos dois rios, o Ministro da Mobilização e Presidente da Expedição Roncador-Xingu, Joao Alberto Lins de Barros designou, primeiramente o nome de Aragarças de Barra Goiana, dado publicado oficialmente na imprensa oficial da Presidência da República (DINIZ, 2016). Segundo Oliveira e Silva (2020, p. 167),

A Barra Goiana teve sua narrativa histórica modificada drasticamente a partir do momento em que foi inserida em um projeto de integração nacional maior que sua formação garimpeira. (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 167).

A imigração para a região em busca do ouro e das pedras preciosas favoreceu para que a atividade garimpeira se formasse de maneira intensa, composta por pessoas que vieram de diferentes grupos sociais e parte do Brasil, inclusive imigrantes do estado de Bahia, do sertão nordestino e da Amazônia, em busca do sonho do enriquecimento rápido. De acordo com Martins (2015, p. 29) “tal ocorrência marcou a história da região apesar das dificuldades e conflitos presentes em áreas garimpeiras, a atividade relativamente gerou economia”.

A busca pelo enriquecimento por meio do garimpo e pela ocupação das terras fortaleceu sistematicamente a implantação da economia na região, em especial porque os expedicionários foram beneficiados pelo governo com incentivos de alqueires de terra para a agricultura (DINIZ, 2016).

Essa dinâmica para a construção da cidade foi gerenciada pela Fundação Brasil Central, chefiada pelo ministro Joao Alberto que organizou uma série de estratégias com ações pontuais, tais como estação de radioamador, pronto socorro e

acampamento para os funcionários, a fim de facilitar a vida dos imigrantes e dos prestadores serviços da entidade. De acordo com Oliveira e Silva (2020, p. 171) essas ações seriam denominadas de construção de campo de pouso, com “toda a infraestrutura necessária para receber a segunda leva expedicionária que chegaria assim que as vias de acesso fossem constituídas pela Expedição Roncador-Xingu”.

Assim, de distrito de Baliza em 1945, elevou-se a vila de Aragarças em 1951, e em 02 de outubro de 1953, por meio da Lei Estadual n. 788, nomeada cidade, tornou-se município (DINIZ, 2016). Para tanto, Martins (2015, p. 33) complementa que “a cidade de Aragarças esteve entre as cidades brasileiras da época com planejamento elaborado, com uso de traçados cartográficos para uso do solo urbano”.

Segundo a historiadora Zélia dos Santos Diniz (2016), entre os anos 1950 e 1954, o Presidente da Fundação Brasil Central (FBC), ministro João Alberto impulsionou a cidade a partir da construção da ponte sobre o Rio Araguaia (**Figura 2**) favorecendo o transporte entre as cidades de Goiás e Mato Grosso, antes feito somente por meio do transporte fluvial ou por meio de balsa. A ponte foi nomeada de Ministro Joao Alberto e foi tombada como Patrimônio Histórico Arquitetônico, por meio da Lei n. 1.422, de 16 de novembro de 2005 (DINIZ, 2016).

Figura 2. Construção da ponte sobre o Rio Araguaia inaugurada pelo ex-Presidente Juscelino Kubitscheck, na década de 50



Fonte: Menezes (2011)

Assim, inúmeras outras obras foram edificadas, tal como o Hospital Regional Getúlio Vargas (**Figura 3**). Foi considerado a grande obra da Fundação Brasil Central (FBC) e dispunha de 70 leitos para o atendimento dos os municípios de Torixoréu, Baliza, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Nova

Xavantina. A obra foi arquitetada por Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa, arquiteto que projetou o Plano Piloto de Brasília. Na atualidade, disponibiliza 42 leitos para internação (MARTINS, 2015).

Figura 3. Hospital Municipal Getúlio Vargas



Fonte: Olhar direto (2022)

Para que os funcionários da Fundação Brasil Central (FBC), da olaria, da oficina de marcenaria, da caixa d'água e da Igreja Matriz católica, se acomodassem foram construídas residências em alvenaria (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 176). E para os militares da Expedição Roncador-Xingu foram construídas a Vila Militar da Força Aérea Brasileira (FAB) (**Figura 4**).

Figura 4. Vila Militar da Força Aérea Brasileira (FAB).

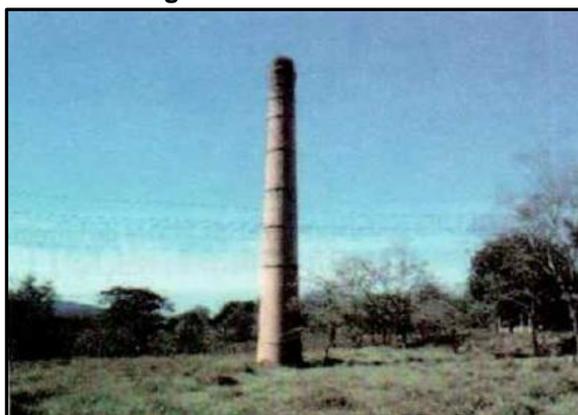


Fonte: Martins (2015)

De acordo com a escritora Zélia dos Santos Diniz (2016) as demais obras construídas pela Fundação Brasil Central e tombadas como Patrimônio Histórico Arquitetônico pelo município de Aragarças são: a Chaminé da Base Velha (**Figura 5**),

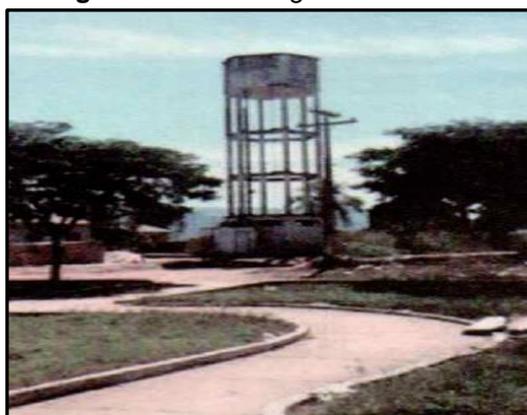
por meio da Lei n. 584, de 15 de maio de 1989; a Caixa d'Água da Vila Ceará (**Figura 6**), por meio da Lei n. 790, de 14 de maio de 1993; a Casa do Motor que gerou energia elétrica para os municípios há época (**Figura 7**), por meio da Lei n. 1.313, de 03 de dezembro de 2002; o Aeroporto Cid Lana Batista (**Figura 8**), por meio da Lei 1.314, de 03 de dezembro de 2002 (ARAGARÇAS, 2002; ARAGARÇAS, 1989; ARAGARÇAS, 1993).

Figura 5. Chaminé da Base Velha



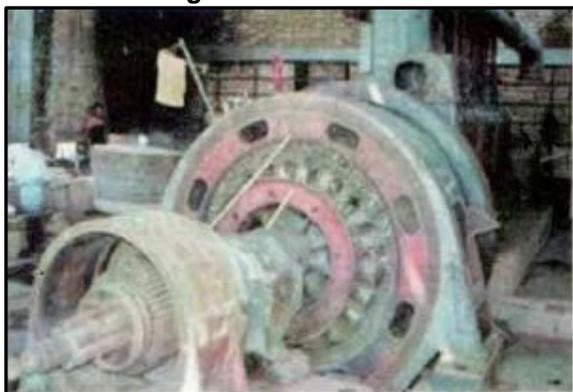
Fonte: Diniz (2016)

Figura 6. Caixa D'Água da Vila Ceará



Fonte: Diniz (2016)

Figura 7. Casa do Motor



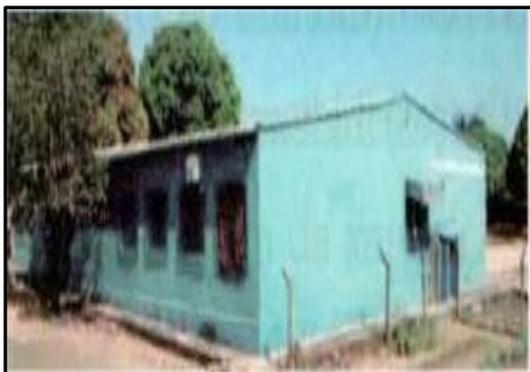
Fonte: Diniz (2016)

Figura 8. Aeroporto Cid Lana Batista



Fonte: Diniz (2016)

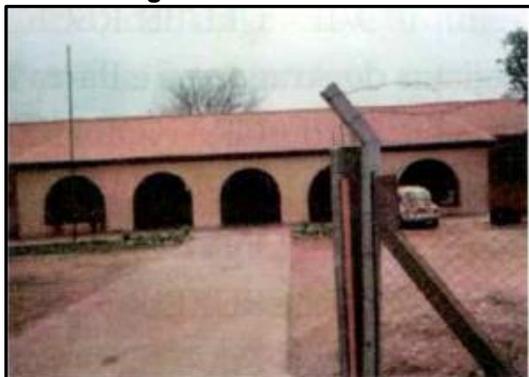
O Grupo Escolar Mercedes Zétola (**Figura 9**); o colégio Dr. Rubens Correa de Aguirre (**Figura 10**); o Grande Hotel, que hospedou os ex-Presidentes: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart (**Figura 11**); a Igreja São Judas Tadeu, construída em homenagem ao Santo Padroeiro da Fundação Brasil Central (**Figura 12**); e, o Clube Recreativo: Câmara de Diretores Lojistas de Aragarças e Barra do Garças (**Figura 13**), foram tombadas através da Lei n. 1.422, de 16 de novembro de 2005.

Figura 9. Grupo Escolar Mercedes Zétola

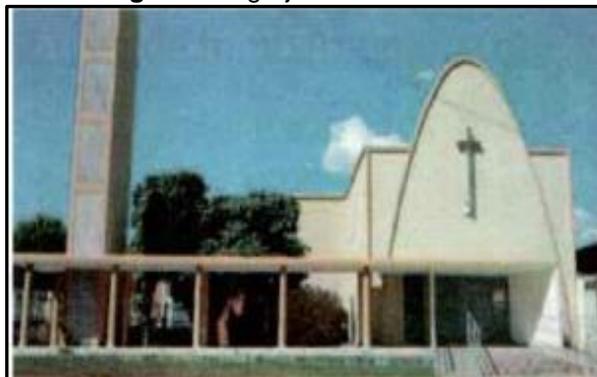
Fonte: Diniz (2016)

Figura 10. Colégio Estadual Rubens Correa de Aguirre

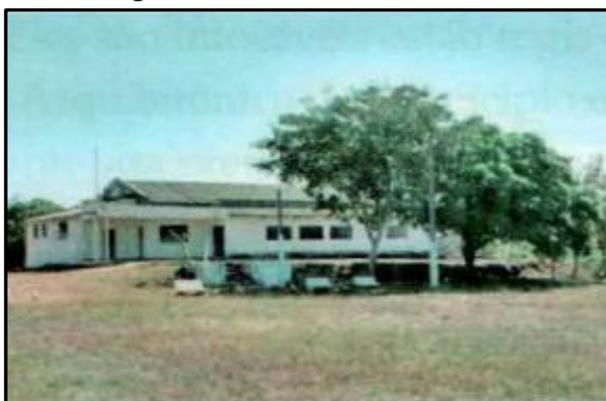
Fonte: Diniz (2016)

Figura 11. Grande Hotel

Fonte: Diniz (2016)

Figura 12. Igreja São Judas Tadeu

Fonte: Diniz (2016)

Figura 13. Clube Recreativo

Fonte: Diniz (2016)

De posse do acervo da historiadora Zélia dos Santos Diniz é possível atestar que todo esse Patrimônio Histórico ainda existe no município de Aragarças registrados como memória da passagem da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central, cada um com sua história e seu valor histórico que podem ser explorados

através da Educação Patrimonial na Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais).

2.5 Educação Patrimonial no currículo das escolas municipais de Aragarças – GO

O município de Aragarças-GO desde o ano de 2001 optou por desvincular-se do sistema estadual de ensino. Assim, o mesmo dispõe de 03 Centros Municipais de Apoio à Educação da Infância; 01 Centro Municipal de Educação Infantil; 02 Centros Municipais de Educação Básica e 02 Centros Municipais de Ensino Fundamental, os quais compõem a Rede Municipal de Ensino.

Primar pela oferta de mecanismos que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento crítico e a apropriação consciente do Patrimônio na cidade representa fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável do bem material e imaterial, bem como de potencial importância para o fortalecimento do sentimento de identidade e cidadania (HORTA, 1999). Para tanto, no Organizador Curricular (OC) para o Ensino Fundamental I - Anos Iniciais (EF-I) 2019-2025 do município de Aragarças prevê o seguinte,

Todo o Planejamento de Atividades e ações durante as quinzenas ou em Projetos Interdisciplinares ou Integradores, devem, ainda, contemplar a Parte Diversificada (PD), objetivando valorizar, explorar, promover e incluir o universo dos Saberes Locais, valorizando e relacionado esses Saberes com a Construção da Cidadania e valorização do lugar em que se vive (ARAGARÇAS, 2019, p. 18).

Dessa forma, é possível dizer que o proposto no Organizador Curricular visa contemplar nas diversas áreas do conhecimento a efetivação da cultura e o respeito de maneira de contemple a formação integral do aluno de acordo com as competências e habilidades estabelecidas na Educação Básica, para que esse aluno se torne um cidadão protagonista na sociedade do século XXI.

Para tanto, na Matriz Curricular do Ensino Fundamental I está previsto em sua Parte Diversificada (PD) 1 (uma) aula semanal em cada componente curricular, onde deve ser contemplado

As habilidades referentes ao conjunto de conhecimentos sobre a cidade de Aragarças, em todas as áreas de conhecimento, por meio das Sequências Didáticas, dos Projetos Integrador e/ou Interdisciplinar, etc., desenvolvendo o conceito, o sentimento e ações de pertencimento à cidade onde a criança vive com a sua família, construindo a própria identidade e estabelecendo as relações sócio afetivas com o meio do qual faz parte, exercendo plenamente sua cidadania (ARAGARÇAS, 2019, p. 44).

Sendo assim, ao professor cabe dinamizar conteúdos relacionados à Educação Patrimonial, haja visto que, o campo de pesquisa é rico em acervo histórico patrimonial, porém, o incentivo para que seja trabalhado o patrimônio cultural da cidade não é visto na rede de ensino.

Norteados pela BNCC, no Organizador Curricular para a Educação Infantil são propostas práticas pedagógicas a partir de interações que garantam experiências e conhecimento sobre as manifestações e tradições culturais brasileira (ARAGARÇAS, 2019-2025). Dentro dos campos experiência, os saberes e conhecimentos ou conteúdo prevê que seja trabalhado o “Patrimônio material e imaterial” desde a fase educação infantil.

Na prática, o referido organizador lista como objetivo de aprendizagem e desenvolvimento para esse conteúdo “(ARA-EI03PD03) Explorar os espaços da instituição, do bairro e da cidade conhecendo ambientes, fatos históricos e interagindo com diferentes pessoas e contextos sociais” (ARAGARÇAS, 2019-2025, p. 162).

Apesar de estar previsto na Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, o patrimônio cultural da cidade é pouco explorado, o que significa que o grupo de professores que compõem à escola não se atentam para dinamizar atividades que desperte o aluno para a importância que a cidade tem como parte da história nacional. Infelizmente, é a realidade observada, e que pode ser revista, haja visto que, a Educação Patrimonial se define como um instrumento educativo formal e não formal que contribui para permitir que o indivíduo tenha acesso ao patrimônio histórico e cultural.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo teve o objetivo compreender as contribuições da Educação Patrimonial no processo que abrange o trabalho educacional no âmbito escolar para

a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assim, foi necessário selecionar referenciais que fazem abordagem a respeito da temática.

Utilizando-se da abordagem qualitativa, que exige a busca detalhada do contexto em que o objeto da pesquisa está inserido, foi preciso recorrer a obras que discutem a questão da Educação Patrimonial e suas contribuições na valorização e resgate do patrimônio histórico e cultural, detalhe que foi preciso analisar e interpretar significados dada a sua complexidade do enredo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O estudo recorreu a Pesquisa Bibliográfica obtida de trabalhos publicados em base de dados Scielo, Google Scholar Metrics, Education Resources Information Center (ERIC). As informações foram apresentadas a partir do confronto entre os referenciais pesquisados, cujos descritores fizeram parte desse estudo: Educação Patrimonial, patrimônio histórico e cultural, escola. Redirecionando para uma análise dos significados a partir de descrições objetivas, sistematizadas no quadro referencial e confrontadas nos resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dinamizar o conhecimento no âmbito escolar tornou-se um desafio para todos que estão inseridos no processo ensino e aprendizagem, em especial quando se trata do resgate, preservação e valorização da história de uma cidade. Trabalho esse que requer organização e estratégias pedagógicas.

Esse é o papel da Educação Patrimonial, contribuir para que o aluno, por meio da educação formal e não formal, obtenha conhecimento sobre tudo que envolve o patrimônio histórico e cultural, conforme estudo reflexivo proposto por John (2012) a respeito do poder da identidade da memória coletiva das comunidades e do local em que constroem sua história.

O autor salienta a importância que “o Patrimônio Histórico Cultural desempenha no resgate e valorização da identidade de cada indivíduo e de cada coletividade”. Nitidamente, o autor salienta a importância da valorização dos elementos que fizeram parte do passado de uma sociedade, sendo que são estes que fazem toda a diferença para que ocorra uma nação livre e democrática historicamente.

Mesma importância dada sobre a Educação Patrimonial na pesquisa realizada por Barbosa *et al.*, (2019) com dez professoras de história dos anos iniciais, do Ensino Fundamental, na rede municipal de São Luiz do Maranhão. Com a mesma ênfase, os autores concluem a pesquisa com a certeza de que a Educação Patrimonial funciona como um estímulo para que o estudante ganhe um olhar crítico com capacidade para contribuir na construção sociocultural da sua cidade.

A realidade vivenciada na pesquisa vem ao encontro dos ensinamentos deixados por Vygotsky em relação ao pensamento pedagógico, em que no processo da aprendizagem são exigidos: a interação social, a linguagem como ferramenta cultural, os recursos culturais e a interação docente-educando.

E na mesma proporção, as contribuições dos ensinamentos de Wallon levou a compreender que a criança desde a infância constrói sua personalidade a partir de sentimentos e emoções que influenciam no seu desenvolvimento com base nos três campos funcionais: o motor, o afetivo e cognitivo.

Portanto, toda estratégia desenvolvida a partir da Educação Patrimonial, além de ser uma área emergente da educação, reflete no processo educativo e na formação cidadã de alunos da Educação Básica, pois para Franco *et al.*, (2105), a Educação Patrimonial defende que o olhar crítico frente aos bens culturais é instigado o que favorece ao desenvolvimento de corresponsabilidades para preservação e manutenção do patrimônio cultural. Para tanto, é preciso que o professor conheça o patrimônio histórico cultural do lugar onde atua, e desenvolva estratégias pedagógicas para inserir o aluno no mundo cultural do qual está inserido (GAZZÓLA, 2009).

Assim, é compreensível enfatizar que em muitas situações a criança já traz algumas habilidades de casa e ao adentrar no universo da escola precisa ser condicionado pelo professor a desenvolver habilidades que se relacionem diretamente ao pensamento, ao raciocínio, a linguagem, a memória, etc.

Dessa forma, esse entendimento reforça a ideia dos teóricos enfatizados de que o contexto histórico que compõe o município de Aragarças pode ser trabalhado na vida acadêmica da criança nos diversos níveis cognitivos no ambiente em que está inserido, para desta forma, permitir seu entendimento e compreensão sobre o contexto histórico, cultural e patrimonial.

Portanto, há de se pensar que é no chão da escola que a criança tende a receber orientações necessários para o seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito a sua formação enquanto cidadão social e cultural, a partir dos primeiros

ensinamentos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais). Entendimento que reforça a importância do aporte dado pelas legislações e documentos nacionais em relação à valorização da cultura histórica no país.

Dessa forma, tomando como norte o contexto apresentado no quadro referencial, é possível perceber a perfeita condução para a valorização da cultura histórica e patrimonial no Brasil, a partir dos marcos propostos pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216 (BRASIL, 2010).

Pela promoção e gerência do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) que zela por todo o patrimônio cultural, no sentido de preservar, conservar e valorizar o patrimônio de cunho histórico, artístico e paisagístico no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96), no seu artigo 1º e artigo 26, normatiza a educação como processo formativo, bem como define os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente (BRASIL, 1996).

Conseqüentemente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que oferecem todo respaldo para que o conceito de patrimônio cultural seja incorporado aos conteúdos escolares com vistas a Pluralidade cultural (BRASIL, 1997); e, pelas normativas contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que oferece direcionamentos com base no proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) nas etapas e modalidades da Educação Básica.

Portanto, diante das regulamentações previstas nos marcos que conduzem a formação do cidadão para se efetivar como pessoa social com vínculos culturais, o município de Aragarças dispõe de um contexto histórico cultural amplo com credenciais para contribuir nessa formação cidadã.

Para tanto, na proposta pedagógica do município de Aragarças está previsto dentro da Parte Diversificada (PD) o cumprimento do componente curricular que contempla as habilidades referentes ao conjunto de conhecimentos sobre a cidade de Aragarças e/ou região, em todas as áreas de conhecimento, por meio das sequências didáticas, dos Projetos Integrador e/ou Interdisciplinar, etc., para que sejam trabalhados o conceito, o sentimento e ações de pertencimento à cidade e/ou região onde a criança vive com a sua família, construindo a própria identidade e estabelecendo as relações sócio afetivas com o meio do qual faz parte, exercendo plenamente sua cidadania - Proposta Pedagógica para a Educação Básica (ARAGARÇAS, 2019-2025).

Assim, a história cultural e patrimonial evidencia que o município de Aragarças carrega na sua linha do tempo todo um contexto que faz parte da construção de boa parte do Brasil a partir do Projeto Marcha para o Oeste, desdobrado em: Fundação Brasil Central e Expedição Roncador Xingu. Projeto esse idealizado e comandado pelo audacioso Ex-Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas.

Em decorrência de tal Projeto, segundo Zélia dos Santos Diniz (2016), o município de Aragarças ficou conhecido a nível nacional, conseqüentemente, atraindo imigrantes do nordeste e da região amazônica, o que impulsionou a economia da região. Para agilizar o avanço da cidade como base de apoio, a Fundação Brasil Central dinamizou a construção de vários pontos necessários para atender os prestadores de serviços da entidade, bem como os militares que serviam o contingente da Expedição (MARTINS, 2015).

Diante de tais fatos históricos, a partir da década de 80, historiadores, escritores e amantes do patrimônio histórico cultural municipal, tal como a historiadora Zélia dos Santos Diniz (*in memoriam*) buscou reconhecimento sobre os bens imóveis que ainda existem e fazem parte do contexto histórico e cultural da cidade. Para tanto, foram tombados importantes bens imóveis, tornando-se Patrimônio Histórico Arquitetônico, do município de Aragarças, todos por meio de Lei Municipal específica, conforme nominados no quadro referencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto pôde oportunizar uma viagem imaginária dos fatos que realmente aconteceram desde o povoado ao título de município de Aragarças-GO. Para tanto, ficou evidenciado que um longo processo histórico e cultural foi construído e estruturado, e de maneira integrada tornando-se parte do Brasil por ter sido conhecida nacionalmente.

Assim, é possível dizer que a Educação Patrimonial é o eixo central que aproxima o aluno dos fatos ocorridos no seu meio social, pois é ela que pode formar cidadãos críticos e participativos a partir do conhecimento da sua identidade cultural mediados pelo Educador no âmbito escolar.

Diante da contextualização apresentada, tem-se como resposta ao problema formulado que as práticas educativas ao se utilizar do proposto pela Educação

Patrimonial, automaticamente promoverá o conhecimento do aluno, pois incitará o conhecimento e a valorização da história do município de Aragarças. Tal resposta é obtida, porque o trabalho educacional a partir da Educação Patrimonial enriquece o conhecimento individual e coletivo, dado o contato direto com a história cultural e patrimonial pertencente ao município.

Esse estudo evidencia, por meio dos resultados, que o resgate e valorização do patrimônio histórico e cultural deve, cada vez mais, está presente no contexto das séries iniciais do Ensino Fundamental, pois, o pensamento histórico contribui no processo formativo pessoal e como cidadão, e que pode fazer parte do currículo escolar, haja visto que, está previsto na Parte Diversificada da proposta pedagógica do município de Aragarças.

O breve contexto apresentado foi construído com base em um imensurável aparato teórico que poderá enriquecer quem tem interesse na temática em questão, uma vez que, é um assunto que não esgota a discussão, aspectos importantes foram pontuados para a compreensão da historicidade do município de Aragarças e que serão fundamentais como referencial teórico em pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARAGARÇAS, Prefeitura Municipal de Aragarças. **Lei Municipal nº 1.313, de 03 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Aragarças “Casa do Motor” e do “Aeroporto Cid Lana Batista”. Aragarças, 2002.

_____. Prefeitura Municipal de Aragarças. **Lei Municipal nº 1.422, de 16 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Aragarças: “Grupo Escolar Mercedes Zétola”; “Colégio Dr. Rubens Correa de Aguirre”; “Clube Recreativo (Câmara de Diretores Lojistas de Aragarças e Barra do Garças)”; “Grande Hotel”; “Igreja São Judas Tadeu”; “Ponte Ministro João Alberto”; e, “Cruzeiro, Marco Zero”. Aragarças, 2005.

_____. Prefeitura Municipal de Aragarças. **Lei Municipal nº 584, de 15 de maio de 1989**. Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Aragarças “Chaminé”. Aragarças, 1989.

_____. Prefeitura Municipal de Aragarças. **Lei Municipal nº 790, de 14 de maio de 1993**. Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Aragarças “Caixa d’Água da Vila Ceará”. Aragarças, 1993.

_____. **Proposta Pedagógica para a Educação Básica. Educação Infantil - Ensino Fundamental (PP/ARA):** Textos Introdutórios. Prefeitura Municipal de Aragarças-Goiás. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Resolução CME Nº 09, de 18/12/2019, 185p.

_____. Sistema Municipal de Ensino de Aragarças. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Pedagógica para a Educação Básica. Educação Infantil - Ensino Fundamental (PP/ARA):** Organizador Curricular para a Educação Infantil 2019-2025. Resolução CME Nº 09, de 18/12/2019, 267p.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos:** um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2005, p. 19- 50.

BARBOSA, A. M. B.; JESUS, S.S.; OLIVEIRA, D.S. A importância da educação patrimonial para o ensino de história. **Amazon live jornal.** v. 1, nº 4, p. 1-17, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 544p.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aragarcas/panorama>, 2021. Acesso em 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016.** Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017** - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. – Brasília, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/SEF** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/SEF** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped** – FACOS/CNEC Osório, v. 2, nº 1, Agosto, 2012.

DAUTRO, G.M.; LIMA, W.G.M. A teoria psicogenética de Wallon e sua aplicação na educação. **V CONEDU – Congresso Nacional de Educação**, Campina Grande -

Paraíba, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu>. Acesso em: 09 mar. 2022.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Município de Aragarças**. 2ª ed. Aragarças: Alcaco 2016.

FERREIRA, A.L.; ACIOLY-RÉGNIER, N.M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar**, Editora UFPR: Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010.

FRANCO, F.C.; PRADOS, R.M.N.; BONINI, L.M. Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, nº 1, 319-344, jan./abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZZÓLA, L. Educação patrimonial: teoria e prática. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Paraná, 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/cd2009/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 68p.

JOHN, N.M. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. **Anais Eletrônicos**. XI Encontro Estadual de História. Universidade Federal do rio Grande (FURG) Rio Grande – RS, 23 a 27 de julho de 2012.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma proposta curricular**. São Paulo: Ática, 1989.

MALTÊZ, C.R.; SOBRINHO, C.P.C.; BITTENCOURT, D.L.A.; MIRANDA, K.R.; MARTINS, L.N. Educação e Patrimônio: o papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, nº 2, p. 1-117, nov. 2010 – Semestral.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5 ed. – 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, L.M.; RABATINI, V.G. A concepção de cultura em Vygotski: contribuições para a educação escolar. **Psicologia Política**. v. 11, nº 22, p. 345-358, julh – dez, 2011.

MARTINS, P.P. Dinâmica socioespacial de Aragarças Goiás: a cotidianidade na construção e estruturação do espaço urbano. **Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás**, Regional de Jataí, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015, 191fls.

MENEZES, Israel Parreira. **Fotos antigas de Barra do Garças, MT e Aragarças, GO**, 2011. Disponível em: <<http://profisraelxeuzao.blogspot.com>>. acesso em: 17 mar. 2022.

OLHAR DIREITO. Disponível em: < Site: <https://www.olhardireto.com.br>>. Acesso: 17 mar. 2022

OLIVEIRA, M.F.; SILVA, B.A. As disputas simbólicas entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) no contexto da Marcha para o Oeste. **Revista de História Regional**. v. 25, nº 1, p.166-186, 2020.

RODRIGUES, F.L.L. A proteção do patrimônio cultural. Competências constitucionais municipais e o direito de construir regulado pela Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 58, 1 ago. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3160>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SILVA, D. L. Do gesto ao símbolo: a teoria de Henri Wallon sobre a formação simbólica. **Educar**, Editora UFPR: Curitiba, n. 30, p. 145-163, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM MEIOS DE PUBLICAÇÃO DO IF GOIANO

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo, a partir desta data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar, gratuitamente, através dos seus meios de publicação (na forma digital ou impressa), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o material bibliográfico, resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a fim de publicação da produção científica brasileira.

1. Identificação do material bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Monografia Artigo Científico.

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Nome completo do(a) autor(a):

PAULA ROSSANA ALVES DA SILVA

Título do trabalho:

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE ARAGARÇAS-GO

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a publicação, torna-se imprescindível o envio do arquivo em formato digital na extensão .pdf e .xls ou .xlsx do trabalho.

Aragarças-Go, 08 de Novembro de 2022.

Assinatura do(a) autor(a)

¹ Neste caso o documento ficará embargado por até um ano, a partir desta data de defesa. A disponibilização poderá ainda ser realizada em qualquer tempo, assim como a extensão do embargo (esta carece de justificativa), desde que solicitadas por escrito junto à Coordenação do curso. Os dados do trabalho não serão disponibilizados durante o período do embargo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

Anexo IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE AUTORAL

Eu PAULA ROSSANA ALVES DA SILVA,

discente do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância do IF Goiano, autor do artigo científico intitulado,

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE ARAGARÇAS-GO.

declaro, para os devidos fins da Lei nº 9.610, de 19/02/98, que me responsabilizo inteiramente perante o IF Goiano, o (a) professor (a) orientador (a) e demais membros da banca examinadora, pelo aporte ideológico e referencial, me responsabilizando por eventual plágio do texto que consubstancia a obra de minha autoria, submetida à banca examinadora para defesa de Trabalho do Conclusão (TC) do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. Destarte, sob as penas da lei, estou ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais em caso de comprovada violação dos direitos autorais.

Aragarças-Go, 08 de novembro de 2022.

Acadêmico/Autor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 20 dia(s) do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 20 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Prof. Ma. Josiane Moreira Cardoso** (orientador), **Prof. Dr.^a Altina Abadia da Silva** (membro), **Prof. Ma. Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: VALORIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DE ARAGARÇAS-GO**” do(a) estudante **Paula Rossana Alves da Silva**, Matrícula nº 2019105221350833 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Josiane Moreira Cardoso

Prof. Ma. Josiane Moreira Cardoso

Altina Abadia da Silva

Prof. Dr.^a Altina Abadia da Silva

Janaina K. P. da S. R. Firmino

Prof. Ma. Janaina Karla Pereira da Silva Rodrigues Firmino

Paula Rossana Alves da Silva

Paula Rossana Alves da Silva